

Um ano de luta e resistência

Em Porto Alegre e interior, mais de 100 mobilizações nas ruas do RS



Governo tinha recursos para quitar duas folhas do funcionalismo

11

Em reunião com Sintergs, Chefe da Casa Civil insiste no discurso da falta de dinheiro

11

Imprensa denuncia CC fantasma no Governo Sartori

4

Palavra do Presidente

Nelcir André Varnier

Atuação forte em defesa do filiado e do interesse público

O ano de 2017 foi difícil. Duro. Não só para nós servidores públicos estaduais. O Brasil assistiu a todo o tipo de lama envolvendo políticos que tomaram o País de assalto nas mais variadas esferas. As somas desviadas dos cofres públicos, a cada nova descoberta, batem novos recordes. A cada semana, o brasileiro, já quase anestesiado, assiste a novos casos de corrupção. Enquanto isso, a população sofre com cada vez menos serviços públicos como saúde e segurança.

Aqui no Rio Grande do Sul, já são três anos de um Governo que não disse até agora a que veio. Sua principal medida, atrasar salários dos servidores públicos estaduais, fazer o servidor ir ao banco tomar empréstimo para ter acesso ao 13º que lhe é de direito, congelar salários, cortar direitos dos trabalhadores e extinguir autarquias e fundações. E o que o Governo tem entregue para a população? Insegurança, saúde precária, estradas esburacadas. Isso é, nada.

Após três anos, o Governo Sartori propala uma suposta crise financeira do Estado. Mas não abre os números, não age com transparência. A mais recente solução é o famoso Plano de Recuperação Fiscal. Parece mentira, mas há exatos 21 anos, assistimos a esse mesmo discurso. Tudo no RS estaria resolvido.

Mas se depender do Sintergs, não ficaremos paralisados por esses desmandos, tanto em âmbito nacional como estadual. Mobilizados, ao lado das demais entidades, estamos lutando contra os ataques do Governo Sartori e do Governo Temer.

Em dezembro, impedimos a votação do tão propalado Plano de Recuperação Fiscal que entrega o RS. Pressionamos os parlamentares, fizemos plantão na Assembleia Legislativa. Sem votos o Piratini recuou.

O Governo tentou, antes disso, enfraquecer os sindicatos reduzindo as licenças classistas. Lutamos contra esse ataque e conseguimos reverter na Assembleia Legislativa.

Devido à força dos sindicatos como Sintergs, mesmo após reiteradas tentativas do Governo Sartori e de sua base aliada no Parlamento, a licença-prêmio dos servidores está mantida. O objetivo do Palácio Piratini é transformar em licença-capacitação. O Sintergs tem destacado aos deputados que, ao contrário do que o Governo Sartori tem dito, a PEC não cria automaticamente o benefício de licença-capacitação. Isso dependeria de regulamentação através de projeto de lei, somente após aprovação da PEC. E nós sabemos como essas coisas funcionam.

Lutamos, brigamos e resistimos com as armas que temos. Assim, na Justiça, garantimos que aposentados com paridade

passem a receber a Gratificação de Incentivo às Atividades Sociais Administrativas e Econômicas (Gisae). Também o Tribunal de Justiça, por maioria, reconheceu que o pagamento do 13º salário de 2016 dos servidores públicos estaduais representados pelo Sintergs deveria ocorrer de forma integral, uma vez que se trata de verba de natureza alimentar e imprescindível para o sustento próprio e das nossas famílias, assim como para honrar eventuais compromissos financeiros já assumidos.

O Sintergs também conquistou liminar que obriga o Banrisul a dar acesso ao 13º dos servidores públicos filiados ao Sindicato mesmo que haja pendências com o banco. Em outra ação, a entidade garantiu através do judiciário que o Banrisul só efetue o desconto relativo à antecipação do 13º salário sobre as parcelas pagas pelo Estado durante o ano de 2018.

Também garantimos a nomeação de 41 concursados, relativos a concurso realizado para cargo de Técnico-científico (servidores de nível superior). E, por fim, através de liminar, determinamos que o Município de Porto Alegre mantenha a carga horária dos servidores estaduais municipalizados Técnicos-científicos e Especialistas em Saúde, independentemente da exigência apresentada pela atual gestão municipal.

Mas ainda há muito pela frente. O Sintergs não desistiu da reposição das perdas inflacionárias, da atualização das promoções e gratificações, da nomeação de concursados que aguardam há anos a nomeação, sendo que o Estado precisa urgentemente de profissionais qualificados. Estamos sempre atentos e vigilantes a todo tipo de assédio moral e ameaças contra os nossos servidores públicos. E não esquecemos e trabalhamos constantemente para proteger aqueles servidores lotados nas fundações extintas.

O ano de 2017, certamente, não deixará saudade. Mas, para enfrentar as dificuldades, o Sintergs atuou de forma veemente, defendendo não apenas seus filiados, mas toda a sociedade gaúcha. Por isso, o Sindicato continuará atuando na defesa de uma política melhor, que valorize as pessoas, o bem comum. Se depender dessa gestão à frente do Sintergs, não ficaremos trabalhando isoladamente na micropolítica, pois **BOA POLÍTICA TEM NOME**. Faremos de tudo, e já estamos fazendo, para lutar pelo bem maior.



Presidente do Sintergs passa a presidir também a CGTB no RS

Em assembleia realizada no mês de dezembro, o presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier, assumiu a presidência da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) no Rio Grande do Sul.

Segundo Nelcir, o objetivo agora é trabalhar para que a CGTB no RS retome com força a representatividade e participe mais efetivamente dos debates que

envolvem os trabalhadores.

Para referendar a posse de Varnier como presidente da CGTB no RS, o Sintergs recebeu a visita do presidente nacional da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Ubiraci Dantas de Oliveira. O dirigente reuniu-se com diretores do Sindicato e participou de encontro, na sede do Sintergs, que contou com a presença de represen-

tes de diversas categorias.

Em seu pronunciamento, Bira, como é conhecido, salientou o fato de o presidente do Sintergs ter aceitado o desafio de presidir a CGTB no RS. Após, destacou a importância do serviço público no Brasil e a necessidade de combater ataques de governos que, justamente, querem acabar com o serviço público de qualidade.

“Tenho certeza que com o Nelcir a CGTB do RS vai dar resposta contra esses ataques que o serviço público e os servidores vem sofrendo, tanto em âmbito federal, como estadual e até municipal”, destacou o presidente nacional da CGTB.

Participam também da diretoria da CGTB no RS os diretores do Sintergs Humberto Periolo, Danilo Luiz Krause, Elpídio Jaques de Borba, Antônio Augusto Rosa Medeiros, além do servidor público Marcelo Borges.



Sintergs e Polícia Civil lançam materiais que serão utilizados durante Operação Verão



Os materiais que serão distribuídos durante a Operação Verão da Polícia Civil no Litoral Norte, que conta com o apoio do Sintergs, foram apresentados no início de dezembro, em audiência no Palácio da Polícia, em Porto Alegre.

Durante a Operação Verão, realizada tradicionalmente pela PC durante o período de férias nas praias gaúchas, serão distribuídas camisetas, bonés, livretos e medalhas para as ações educativas que serão promovidas e direcionadas para as crian-

ças. Além disso, será fornecido para os pais pulseiras de identificação para as crianças.

Todo o material confeccionado contou com o apoio do Sintergs, pelo segundo ano consecutivo. Além disso, nesta edição da Operação Verão, o Sintergs estará presente em alguns fins de semana com sua estrutura, oferecendo serviços de saúde como medição de pressão, glicose e orientações para saúde.

Em audiência com o Chefe da Polícia Civil, Emerson Wendt, o presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier, destacou que a Operação Verão da PC transcende governos e gestões e se tornou um evento realizado pelo servidor público. Desse modo, destacou, o Sintergs não poderia estar de fora, uma vez que a entidade busca fortalecer o serviço público de qualidade, valorizar o servidor e estar conectado com a sociedade.

“A Operação Verão já é um evento consolidado no calendário do RS e o servidor público adotou para ele esse evento, bem como a população que passa a frequentar as praias do RS nessa época de férias. E o Sintergs é e sempre será parceiro nessas iniciativas”, destacou Varnier.

O Chefe da PC, Emerson Wendt, agradeceu o a parceria do Sintergs e ressaltou que a Operação Verão mostra uma cara diferente do policial e do servidor público.

“A Operação Verão mostra que a polícia não está preocupada somente em prender. Mas está atenta também no que se refere à formação das crianças. Mais que isso, nessa iniciativa, da qual o Sintergs é parceiro, é possível mostrar que o policial também é um ser humano, que tem família, filhos. Essa é a ocasião de quebrar barreiras e aproximar a polícia da população”, destacou.

Diretor do Sintergs ministrará disciplina em curso de formação de agentes penitenciários

O Diretor de Assuntos Regionais e Setoriais do Sintergs, advogado Humberto Periolo, ministrará o curso de formação de agentes penitenciários e agentes penitenciários administrativos, a partir de janeiro de 2018. Esse curso se presta a formar os futuros agentes penitenciários para ingresso da carreira no quadro penitenciário. Periolo foi convidado a ser o titular da disciplina de processo administrativo disciplinar e sindicância.

FUNCIONÁRIO FANTASMA NO GOVERNO SARTORI! Sintergs denuncia a farra com CCs desde 2016



Reportagem da RBS-TV e do G1, veiculada no início de dezembro, trouxe a denúncia de um funcionário fantasma no Governo Sartori. Após a RBSTV revelar que o servidor não aparecia para trabalhar, a Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Irrigação do Rio Grande do Sul decidiu exonerar um advogado que recebia R\$ 4,3 mil para exercer o cargo de coordenador de programas do órgão.

Segundo a reportagem, o CC fantasma foi nomeado pelo governador José Ivo Sartori há um ano. O advogado, ex-ve-

reador e candidato a prefeito pelo PMDB em Itaqui em 2016, deveria cumprir 40 horas semanais na função. De acordo com a reportagem da RBSTV, o Portal da Transparência informa que o local de lotação dele seria Palmeira das Missões, cidade do Norte do estado, que fica a 405 quilômetros do município de Itaqui.

Todavia, em vez de dar expediente na repartição, o advogado participava de audiências e atendia clientes em seu escritório, em Itaqui. Na portaria do prédio onde trabalha, foi gravado por uma câmera

escondida da RBS TV. A reportagem voltou ao local, desta vez identificada. Em pleno expediente na inspetoria, o advogado foi encontrado atendendo no escritório cheio de clientes, a maioria aposentados em busca de revisões das aposentadorias.

Sintergs denuncia farra com CCs desde 2016

Em novembro de 2016, o Sintergs denunciou a farra dos CCs no Governo Sartori. Mais de 30% do gasto do Estado com salários de CCs (Cargos Comissionados), quase R\$ 2,1 milhões por mês, está reunido em uma estrutura que engloba somente seis áreas: Gabinete do Governador José Ivo Sartori, do Vice-governador, José Paulo Cairoli, Casa Militar,

Casa Civil, Secretaria de Comunicação e do Gabinete de Políticas Social da primeira-dama, Maria Helena Sartori.

O estudo, realizado pelo Sintergs através do Portal Transparência, encontrou um total de 364 CCs (Cargos Comissionados) – um CC para cada dia do ano – com um salário médio de R\$ 5.496,69 somente nessas áreas, totalizando gasto R\$ 2.000.795,46 por mês.

A Administração Direta toda possui 1.639 CCs, o que equivale a um gasto mensal com remuneração de R\$ 6.422.825,06. A média salarial é de R\$ 3.918,74. Só o Gabinete do Governador, segundo levantamento do Sintergs, possui mais de 20% do número total de CCs de toda a estrutura do Estado.

Sintergs e entidades cobram publicação de resolução do Conselho do IPE que impede venda de imóveis do Instituto



Entidades requerem publicação de resolução que impede venda de imóveis do IPE

O Sintergs e demais entidades que representam servidores públicos estaduais entregaram ao diretor administrativo-financeiro do Instituto de Previdência do Estado (IPE), Nilton Donato, documento que requer a publicação da Resolução 06/2017 do Conselho Deliberativo da instituição, a qual trata da suspensão de qualquer alienação dos bens imóveis do Fundo de Assistência à Saúde do IPE, bem como cientificar à central de licitações

para suspender qualquer processo licitatório em tramitação.

Representantes das entidades foram recebidas pelo diretor Administrativo Financeiro do IPERGS, Nilton Donato, em dezembro, após ato em frente a sede do IPE, em Porto Alegre.

Donato destacou que o pedido seria encaminhado para o presidente do IPE, Otomar Vivian, e comunicará os servidores sobre os encaminhamentos.

Negativa da Secretaria do Tesouro Nacional em relação ao plano de recuperação fiscal do Piratini evidencia as meias verdades do Governo Sartori



Presidente do Sintergs: "São meias verdades colocadas por esse Governo. Mas quando pedimos os números e os dados, o Palácio Piratini não fornece, ignora."

O debate sobre a proposta crise financeira do Estado e o plano de recuperação fiscal do Governo Sartori parte de pressupostos falsos. A afirmação é do presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier, durante audiência pública da Comissão de Assuntos Municipais, em novembro, na sala João Neves da Fontoura (Plenarinho) da Assembleia Legislativa.

"São meias verdades colocadas por esse Governo. Mas quando pedi-

mos os números e os dados, o Palácio Piratini não fornece, ignora. E a sociedade acaba reproduzindo e debatendo essa mentira. Agora, com a posição do Governo Federal diante da proposta de recuperação fiscal apresentada pelo Governo Sartori fica claro", destacou o presidente do Sintergs.

Depois de duas semanas, o Governo Sartori recebeu parecer técnico da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) sobre o pedido de habilitação ao regime de recuperação fiscal. E a resposta não foi positiva. O órgão concluiu que o Estado não atende a um dos requisitos exigidos. Agora, o Palácio Piratini investe na saída política para tentar reverter o parecer técnico.

Em audiência pública realizada na AL, proposta pelo deputado estadual Pedro Ruas (PSOL), servidores e lideranças políticas debateram o regime de recuperação fiscal do Estado.

Audidores da Receita Estadual reforçaram que apoiam a recuperação fiscal, porém com o foco no combate à sonegação e em uma reavaliação dos incentivos fiscais. De acordo com dados apresentados por auditores, o RS teria R\$ 7,8 bilhões sonegados somente de ICMS e cerca de 160 empresas recebem incentivos na ordem de R\$ 5,3 bilhões.

Ainda em sua fala durante a audiência pública, o presidente do Sintergs ressaltou a falta de serie-

dade e de respeito com o trabalhador com sucessivos atrasos nos salários, como forma de evidenciar que a postura do Governo Sartori não é séria.

"Para citar um exemplo, o servidor público hoje é o último a saber quanto e quando receberá seu salário. Todos sabem, o secretário sabe, a imprensa sabe, mas o servidor não. O trabalhador não consegue, sequer, organizar suas finanças pessoais. Por isso, repito, estamos partindo de pressupostos falsos nesse debate. O certo é lutarmos para que nada dessas propostas sejam apreciadas. Esses projetos traduzem meias verdades e precisam ser retirados de tramitação do Parlamento Gaúcho", concluiu Nelcir.

SINTERGS EM MOVIMENTO! Em Brasília, Sintergs e CGTB trabalham contra reforma da previdência do Governo Temer



1º Vice-presidente do Sintergs, Guilherme Toniolo, presidente nacional da CGTB, Ubiraci Dantas de Oliveira, deputado federal Assis do Couto (PDT-PR), e o 1º Vice-presidente da CGTB, Carlos Alberto Dahmer.

O Sintergs e a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) percorreram, em Brasília, gabinetes e trabalharam contra a reforma da previdência, que promove retirada de direitos dos trabalhado-

res, tanto do setor público como da iniciativa privada,

Na Câmara dos Deputados, o 1º Vice-presidente do Sintergs, Guilherme Toniolo, o presidente nacional da CGTB, Ubiraci Dantas de Oliveira, e o 1º

Vice-presidente da CGTB, Carlos Alberto Dahmer, em reunião com o deputado federal Assis do Couto (PDT-PR), ouviram do parlamentar que PDT todo foi orientado a votar contra a reforma da Previdência.

Ainda de acordo com o deputado, aquele que votar a favor da reforma da previdência do Governo Temer deverá ser expulso do partido. Durante a conversa, o parlamentar disse acreditar que o governo não tem os votos necessários para aprovar o texto da reforma. "Em todo caso, não podemos facilitar para

o Governo Temer", concluiu.

Mesmo tendo o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), como um dos principais articuladores, o Governo Temer não conseguiu aglutinar os votos necessários para a aprovação da matéria. Por se tratar de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), o texto precisa do apoio de pelo menos 308 deputados em dois turnos de votação. Depois, segue para a análise do Senado, também em dois turnos.

UM ANO DE LUTA, RESISTÊNCIA E CONQUISTAS

Pressão das entidades impõe derrota ao Governo Sartori no fim de 2017



Foi o trabalho das entidades, entre as quais o Sintergs, pressionando os deputados, que impôs a derrota do Governo Sartori, no fim de dezembro, na Assembleia Legislativa. Sem os votos necessários, o Piratini não conseguiu votar o tão propalado Plano de Recuperação Fiscal que, segundo os governistas, resolverá a suposta crise financeira do Estado.

Durante toda a manhã de sexta-feira (22/12), o Sintergs acompanhou a votação, conversou com parlamentares e pressionou. As galerias da Assembleia Legislativa ficaram lotadas com servidores públicos que chegaram a cantar o hino do Rio Grande do Sul ao fim da sessão extraordinária.

Com essa derrota, pelo menos por hora, fica inviabilizada a votação do Plano de Recuperação Fiscal. Mas o Piratini deve fazer uma convocação extraordinária da Assembleia Legislativa no final de janeiro de 2018. Até lá, o Governo espera obter maioria para aprovar o texto.

“O Sintergs estará atento e trabalhando, como vem fazendo, para impedir que essa proposta absurda, que entrega o Estado, que penaliza os servidores ainda mais, seja viabilizada. Utilizaremos tudo o que estiver ao nosso alcance para barrar essa proposta. Hoje, saímos vencedores.”, destacou o presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier.

Sindicatos forçam recuo do Governo na votação do PL da licença classista



Outro recuo imposto pelos sindicatos, entre os quais o Sintergs, ao Governo Sartori ocorreu em outubro, na Assembleia Legislativa, durante votação do projeto de lei (PL 148/2017) que limita o número de dispensa de servidores públicos para o exercício de mandato eletivo em confederação, federação, sindicato, entidade ou associação de classe.

A proposta inicial do Governo Sartori era permitir a liberação de apenas um servidor público para exercer mandato classista por entidade, acabando com a atuação sindical no RS.

A proposta das entidades, apresentada através de emenda do deputado estadual Ciro Simoni (PDT), era limitar até no máximo 11 servidores de acordo com o número de associados de cada entidade.

Observando a pressão dos sindicatos e a articulação junto aos deputados estaduais, o Governo recuou e acabou apresentando emenda através do Líder do Governo na Assembleia. Segundo a emenda, no caso de entidades sindicais, o PL limita até oito o número de servidores com dispensa para exercício de mandato eletivo em sindicato. A proposta, desse modo, foi aprovada na Assembleia Legislativa com 27 votos favoráveis e 21 contrários.

Votação do fim da licença-prêmio é adiada novamente



Sem ter os votos necessários e com oposição dentro do próprio PMDB, devido a pressão das entidades como Sintergs, mais uma vez a Assembleia Legislativa não votou a PEC 242/2016, que acaba com a licença-prêmio dos servidores. O Sintergs têm destacado que, ao contrário do que o Governo Sartori tem dito, a PEC não cria automaticamente o benefício de licença-capacitação. Isso dependeria de regulamentação através de projeto de lei, somente após aprovação da PEC.

Em outra ação, entidade obteve liminar que obriga banco a vincular o desconto da parcela ao pagamento correspondente por parte do Estado

O Sintergs conquistou, junto ao Tribunal de Justiça do RS, medida liminar que determina que o Banrisul só efetue o desconto relativo à antecipação do 13º salário sobre as parcelas pagas pelo Estado durante o ano de 2018. A decisão beneficia aqueles servidores representados pelo Sintergs que anteciparam o 13º durante o ano de 2017.

A decisão liminar garante ainda que eventuais encargos moratórios sejam pagos pelo Estado e que os servidores públicos que contratarem o empréstimo para o 13º salário de 2017 não sejam inscritos em cadastros restritivos de crédito, sob pena de aplicação de multa diária de R\$ 100 mil, que o Banrisul terá que pagar.

Aposentados com paridade receberão Gisae



O Segundo Grupo Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul concedeu, por unanimidade, a segurança pleiteada acerca do pagamento da Gratificação de Incentivo às Atividades Sociais Administrativas e Econômicas (Gisae) ao servidor aposentado com paridade.

Em março de 2017, foram julgados três mandados de segurança postulando o pagamento da Gisae ao servidor que se aposentou com a regra da paridade constitucional. Até o momento, são quatro decisões do TJ/RS beneficiando filiados aposentados do Sintergs com tal entitlement.

“Infelizmente, temos que recorrer ao Judiciário para garantir o direito dos servidores públicos. São demandas geradas por governos segregadores que desrespeitam a paridade”, destacou o presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier, que acompanhou o julgamento no TJ ao lado de representantes dos aposentados.

Com as últimas decisões, segundo a assessoria jurídica do Sintergs, fica consolidada a jurisprudência, possibilitando o pagamento da Gisae a aposentados com paridade.



Estado nomeia 41 aprovados, e validade do concurso é prorrogada



Após reiterados pedidos do Sintergs, a Secretaria Estadual de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos do RS nomeou 41 concursados na última semana de maio. O concurso foi realizado para cargo de Técnico-científico (servidores de nível superior).

Já no Diário Oficial do Estado do início de junho, a SMARH prorrogou por mais dois anos o prazo de validade dos concursos públicos com resultados finais homologados pelos editais de número 24/2015-SMARH e 26/2015-SMARH.

O concurso foi realizado pelo Estado do RS em maio de 2014 para 240 vagas, sendo 226 para Técnico-científico e 14 de nível médio. As provas ocorreram em setembro de 2014 e o concurso teve mais de 10 mil inscritos.

Sintergs garante na Justiça carga horária dos servidores municipalizados

Mesmo com liminar determinando que seja mantida a carga horária atual dos Técnicos-científicos e Especialistas em Saúde cedidos para o Município de Porto Alegre para prestação de serviços na área de saúde, a prefeitura estava exigindo que os servidores municipalizados cumprissem carga horária determinada pela nova gestão municipal. Diante do fato, o Sintergs noticiou o juiz, que mandou o Município cumprir o estabelecido em decisão liminar e fixou multa diária de R\$ 5 mil em caso de descumprimento.

TJ reconhece como ilegal e abusivo atraso e parcelamento do 13º

O Tribunal de Justiça do RS, por maioria, reconheceu que o pagamento do 13º salário de 2016 dos servidores públicos estaduais representados pelo Sintergs deveria ocorrer de forma integral, uma vez que se trata de verba de natureza alimentar e imprescindível para o sustento próprio e da família, assim como para honrar eventuais compromissos financeiros já assumidos. A decisão é de setembro, mas o Acórdão no Mandado de Segurança interposto pelo Sindicato foi publicado em novembro de 2017.

O Sintergs impetrou o Mandado de Segurança Coletivo com o objetivo de assegurar o direito dos servidores estaduais representados pelo Sindicato ao pagamento integral do 13º salário do ano de 2016. De acordo com o Acórdão, o Tribunal de Justiça ainda indicou que receber a remuneração de forma integral e em dia é de direito e garantia assegurado pela Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, sendo, portanto, ilegal e abusivo o ato do Governador do Estado.

Sintergs conquista liminar, e Banrisul não pode restringir acesso ao 13º devido a pendências financeiras no banco

O Sintergs conquistou liminar que determina que o Banrisul “se abstenha de condicionar a liberação de empréstimo à renegociação de pendências financeiras ou contratos que sejam objeto de ação judicial, de modo a viabilizar o recebimento do 13º salário pelos servidores públicos filiados à associação demandante (Sintergs)”.

A decisão é da Juíza de Direito Substituta Samara Eliza Feltrin e determina ainda que o Banrisul “se abstenha de incluir os dados dos servidores filiados à associação autora (Sintergs) em órgãos de restrição de crédito.”

O Sintergs protocolou pedido postulando que a contratação do empréstimo para o 13º salário de 2017 fosse liberado pelo Banrisul independentemente de pendências financeiras e/ou ações judiciais movidas envolvendo servidores com o Banrisul.

Servidores em greve realizam ato em Caxias do Sul



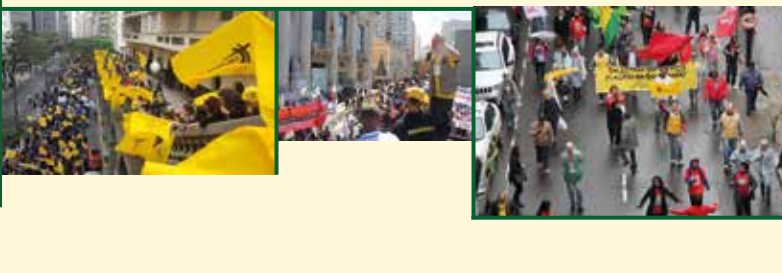
O terceiro dia de greve dos servidores estaduais em 2017 reuniu a categoria em Caxias do Sul, cidade natal do governador José Ivo Sartori (PMDB), no início de novembro.

O ato fez parte da série de mobilizações do Sintergs no interior do Estado para denunciar à população a falta de gestão do governo, que não paga o funcionalismo em dia e está sucateando os serviços públicos para justificar a entrega de empresas lucrativas à iniciativa privada.

“Este governo está massacrando aqueles que promovem serviços públicos de qualidade e atendem a população, que são os servidores públicos. Ao mesmo tempo, ajuda os grandes empresários não combatendo a sonegação e não revendo as isenções fiscais”, alertou o presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier.

A primeira decisão judicial, proferida pelo Tribunal de Justiça, determinou que os servidores estaduais municipalizados Técnicos-científicos e Especialistas em Saúde permanecessem cumprindo suas respectivas cargas horárias, independentemente da exigência apresentada pela nova gestão municipal.

No entanto, o Município de Porto Alegre, por meio da Secretaria Municipal da Saúde, desconsiderou a representatividade do Sintergs sobre os seus representados e descumpriu a ordem judicial proferida pelo Tribunal de Justiça.



Sintergs e entidades articulam na AL aprovação da PEC da Data-Base



Objetivo é viabilizar a aprovação da PEC

Entidades que representam servidores públicos estaduais, entre as quais o Sintergs, deram início a um grupo de trabalho sobre a PEC da Data-base (PEC 263).

O objetivo é montar uma estratégia de trabalho que viabilize a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional no Parlamento gaúcho.

A PEC da Data-base tramita na Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia. O deputado estadual Gabriel Souza (MDB) é o relator da matéria.

A proposta busca garantir que no dia 1º de março de cada ano, o Governo do Estado seja

obrigado a negociar e conceder reposição inflacionária para os servidores públicos do Estado. Além disso, a proposta também trata da isonomia de direitos entre os Poderes.

Deputados

O Sintergs também tem percorrido gabinetes dos parlamentares, articulando unidade em torno da PEC da Data-base.

“Trata-se de uma proposta muito meritória. É positiva para o Estado e para a população, e estamos trabalhando com afinco para que seja aprovada. A PEC é boa para o Estado”, destaca o presidente do Sintergs, Nalcir André Varnier.

Sintergs apoia projeto social que atende 40 crianças carentes



Oficina visa a levar à comunidade carente atividades teóricas e práticas de artes plásticas

Desde julho de 2017, o Sintergs tem apoiado um projeto social com 40 crianças carentes. O trabalho é realizado em dois turnos inversos ao da escola, no Instituto Murialdo.

A Oficina Básica de Artesanato e Artes - Núcleo Murialdo visa a levar à comunidade do bairro Morro da Cruz cultura a partir de atividades teóricas e práticas de artes plásticas e, através dessas atividades, ser um instrumento

de fortalecimento do tecido social.

O projeto é direcionado a crianças e adolescentes em situação de exclusão social. Em um ambiente físico adequado, os participantes têm acesso a oficinas de artes plásticas e de desenvolvimento de cultura empreendedora, geradora de recursos econômicos de autossustentação pessoal e familiar.

Sintergs inicia grande campanha na mídia



Campanha também conta com inserções na TV



Outdoors

O Sindicato deu início, em dezembro, a uma grande campanha na mídia em âmbito estadual. O objetivo é destacar e valorizar o trabalho realizado pelo servidor público estadual e denunciar a humilhação imposta pelo Governo Sartori e

sua má gestão que penaliza, não somente os servidores, mas toda a população gaúcha com serviços públicos cada vez mais sucateados. A campanha do Sintergs está no ar na TV, rádios, jornais, outdoor, além de canais digitais.

A radicalização da convicção distorcida

2º Vice-presidente do Sintergs, Joanes Machado da Rosa

Existe um velho ditado que diz: diploma não encurta orelha de alguém. Embora os ditos populares possam ser contraditórios na sua concepção como aforismo, há que se levar em consideração, na sua práxis, a constatação de sua força e atualidade no modo de pensar e agir do povo brasileiro. Apesar de a ignorância não ter relação direta com o nível de escolaridade, há que se ter a compreensão de que as pessoas que não puderam frequentar um curso superior possam, pela deficiência do ensino formal, ignorar os mais diversos temas, cometer erros de avaliação, seja em relação ao seu cotidiano, seja até mesmo na escolha de seus representantes nas mais diversas esferas da representação política, ponto central das decisões que norteiam as nossas vidas.

Entretanto, a mesma compreensão não se pode ter com aqueles que se graduaram numa instituição de ensino superior e, muitas vezes, ostentam graus acadêmicos ainda mais elevados. Ou existe um bloqueio intelectual, endêmico, de origem genética na nossa gente, o que não acredito, ou o nosso ensino tem falhado em não ir além do estritamente técnico, produzindo um contingente enorme de brasileiros que desconhecem a realidade e a nossa inserção na sociedade globalizada.

Tem-se que admitir que existe uma massa enorme de ignorantes diplomados. É incrível o grau de analfabetismo funcional entre os profissionais de nível superior, no Brasil, o que requer um sério e imediato estudo sobre o assunto. A ignorância em relação a temas alheios à formação acadêmica impera de forma absurda entre a autodenominada elite cultural deste país. Esta “teratologia” além de contribuir para a estagnação do progresso técnico, cultural e econômico, produz verdadeiras chagas na nossa sociedade. Queiramos ou não queiramos, os meios de comunicação e a convivência com pessoas de nível profissional mais elevado produz naqueles que não tiveram a oportunidade de uma formação mais qualificada o desejo de lhes seguir o exemplo no seu procedimento pessoal e profissional.

Este processo, certamente, retroalimenta um ciclo

vicioso que pode ser perpetuar indefinidamente. Não só isso: a quinta onda, que veio suceder a terceira e a quarta ondas descritas por Alvin Toffler, está se dando não somente na estagnação do processo cultural, como também no seu retrocesso que ocorre a olhos vistos. Hoje, mesmo vivendo em um país de 4º mundo, muitas vezes temos a sensação de desfrutarmos da mesma tecnologia dos países mais avançados, com seus benefícios, muitas vezes alienantes, dando uma sensação de conforto que leva ao entorpecimento da vitalidade de se refletir sobre o que vem ocorrendo.

As conquistas obtidas nos últimos anos, como por exemplo a derrubada das fronteiras comerciais e políticas, principalmente com a criação da União Européia e outros blocos que se configuraram, os acordos estabelecidos em relação à preservação do ambiente natural deram lugar à barbárie que estamos vivendo hoje. Será que o processo cultural e político que estávamos vivenciando se esgotou ou foi interrompido por interesses que ainda não percebemos bem?

Não tenho dúvida que esse processo de alienação e lavagem cerebral ocorre deliberadamente. Se apenas estivéssemos anestesiados, ainda estaríamos no lucro, pois a qualquer momento poderíamos nos acordar deste pesadelo, mas o pior é que quem detém o conhecimento aderiu completamente ao retrocesso, convicto do acerto das suas atitudes. O poder aposta neste retrocesso, bem como o fomenta de forma quase imperceptível para alcançar os seus objetivos de dominação e exploração.

Não sei, exatamente, qual a receita para combatemos a alienação cultural dos “doutores” aliada a uma convicção deformada da realidade que influencia uma camada considerável da população, mas algo precisa ser feito. A radicalização da convicção distorcida é uma séria ameaça para a sociedade e um desalento para o nosso futuro. Como dizia Herbert José de Souza, o Betinho: “Um país não muda pela sua economia, sua política e nem mesmo pela sua ciência; muda, sim, pela sua cultura.”



Sintergs recebe nova diretoria da UGES e Umespa

O Sintergs recebeu na sede do Sindicato a nova diretoria da União Gaúcha de Estudantes Secundários (Uges) e da União Municipal de Estudantes Secundários de Porto Alegre (Umespa).

Estiveram presentes, além dos diretores do Sintergs, os antigos presidentes Marcos Adriano Resdes, da Uges, e Eric Dênil, da Umespa, e os atuais presidentes, Gleison Minhos e Vitória Cabreira, respectivamente. “O Sintergs acredita que fomentar lideranças é fundamental para o fortalecimento da Democracia Brasileira”, disse o Diretor Valdir Bandeira Fiorentin.

Sintergs e Assep trabalham em soluções para servidores da Fepagro

O Sintergs e a Associação dos Servidores de Pesquisa Agropecuária (Assep) trabalham na elaboração de um projeto de lei que beneficie os servidores que atuam na Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro).

O tema tem sido tratado em reuniões, desde outubro. Um ofício foi encaminhado ao Ministério Público Estadual, solici-

tando que o órgão se posicione favorável à manutenção da Fepagro.

Tendo em vista a extinção da Fundação, tanto servidores novos como antigos correm risco de ficar no limbo jurídico, sem, por exemplo, possibilidade de receber qualquer reposição salarial futura, necessitando para tal legislação específica e própria.



Diante da extinção da Fundação, servidores novos e antigos correm risco de ficar no limbo jurídico

Diretor do Sintergs assume cadeira no Conselho Nacional de Saúde

O Diretor de Assuntos Funcionais e Qualificação Técnica do Sintergs, Elpídio Jaques de Borba, assumiu, em dezembro, uma cadeira na Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora dentro do Conselho Nacional de Saúde.

Ele assume como representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), entidade da qual também é diretor no Rio Grande do Sul.

Borba passa a ser membro titular da comissão e debaterá as dificuldades que o trabalhador tem em desenvolver suas atividades laborais, poderá propor políticas nacionais para bem-estar comum dos trabalhadores e, principalmente, fiscalizará empresas e governos na aplicação das leis que regem a segurança do trabalhador, bem como convenções internacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que tratam do tema.

Nova diretoria da Afagro toma posse em Porto Alegre



A nova diretoria da Associação dos Fiscais Agropecuários (Afagro) tomou posse no início de dezembro. O evento, realizado na sede do Sintergs, marcou a passagem do comando da entidade da atual presidente, Ângela Antunes de Souza, para Antônio Augusto Medeiros, que também é suplente da diretoria do Sintergs. A nova diretoria da Afagro estará à frente da entidade no biênio 2018-2019.

Em sua fala, Ângela destacou os momentos de lutas pela manutenção de direitos da categoria durante os dois anos em que esteve na presidência da Afagro. “Saímos conscientes de que o nosso trabalho foi bem feito em prol da categoria, com nosso erros e acertos”, ponderou. “Espero que

daqui para a frente possamos reunificar os servidores”, completou.

Medeiros, em seu discurso, agradeceu a confiança depositada na chapa pelos colegas que participaram da eleição. “Representa a manutenção de uma associação forte, independente e combativa na busca da valorização da fiscalização agropecuária em todas as suas atuações”. O novo presidente destacou ainda a importância da parceria da Afagro com outras entidades representativas dos servidores e do serviço público.

Citando gestões anteriores, como a de Fernando Turna e da então presidente Ângela, Medeiros - que presidiu a entidade entre 2014 e 2015 - falou do desafio em mobilizar os colegas em torno de

causas de interesse coletivo, tarefa que foi desempenhada pelos presidentes que o antecedem e os demais membros que compõem a diretoria. “Uma associação forte se faz com categoria engajada e unida”, completou.

Participaram do evento o presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier, e o deputado estadual Pedro Ruas (PSOL), além de representantes de outras entidades parceiras e colegas da Seapi.

Além de Antônio Augusto Medeiros na presidência, a diretoria da Afagro é formada por Vinicius Grasselli (vice-presidente); Ângela Antunes de Souza (1º Secretária); Flávio Chassot Loreiro (2º secretário); André Corrêa (1º Tesoureiro); Richard Alves (2º Tesoureiro); Felipe Schuck, Daniele Todeschini e Fernando Christian Thiesen Turna (Conselho Fiscal); e Cláudio Santa Catarina e Rafael Silva Alves (Suplentes Conselho Fiscal).

Sintergs denuncia: Governo Sartori tinha recursos para quitar duas folhas do funcionalismo, em setembro



Documento foi entregue a deputados na AL

O Estado do Rio Grande do Sul deve fechar o ano de 2017 com a maior arrecadação só do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da série histórica, chegando a R\$ 31,5 bilhões. Nunca se arrecadou tanto no Estado. Trata-se de um aumento, em valores reais, de mais de R\$ 1 bilhão, entre o ano de 2016 e 2017.

E o curioso, segundo o Sintergs, é que em setembro de 2017 as receitas totais do Estado chegaram a quase R\$ 44 bilhões. Já as despesas ficaram em cerca de R\$ 41,5 bilhões. Isto é, havia em caixa no Estado cerca de R\$ 2,5 bilhões, o equivalente a duas folhas de pagamento do funcionalismo, em torno de R\$ 1,2 bilhão cada folha.

“Esses R\$ 2,5 bilhões são recursos, é dinheiro que estava nas contas do Estado. Não se trata de nada fictício. É dinheiro real que entrou, que saiu. É dinheiro que o Governo poderia ter utilizado para pagar o funcionalismo. O Governo Sartori atrasa salários e submete servidores públicos a recorrer a empréstimo bancário para ter acesso ao 13º salário. Mas estamos demonstrando que o Governo Sartori está omitindo as informações, e o debate, desse modo, está ocorrendo com base em premissas duvidosas, para dizer o mínimo”, destaca o presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier.

O Sintergs demonstra que os três primeiros

anos do Governo Sartori apresentam um crescimento de 7% na receita de ICMS em relação ao mesmo período do Governo Tarso. Já em relação aos três primeiros anos do Governo Yeda, o Governo Sartori apresenta um crescimento na arrecadação de ICMS de quase 30%.

O Sindicato tomou como base relatórios da Secretaria Estadual da Fazenda – através do site Transparência -, além da portaria 65 de 19 de outubro de 2017 da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE), que é um demonstrativo orçamentário que envolve todo o período até a data da publicação.

Mesmo com recordes de arrecadação e com liminar que suspende pagamento da dívida, Chefe da Casa Civil insiste no discurso da falta de dinheiro



Governo insiste no discurso da falta de dinheiro

O Chefe da Casa Civil, Fábio Branco, acenou com a possibilidade de encaminhar em 2018 as promoções dos quadros representados pelo Sintergs. Para isso, condicionou o secretário, a União Federal precisa aceitar a adesão do RS ao Plano de Recuperação Fiscal.

O encontro para discutir demandas das categorias representadas pelo Sintergs ocorreu em dezembro entre a Casa Civil e a diretoria do Sindicato.

O Sintergs apresentou à Casa Civil as demandas das categorias que representa, sendo que as principais

questões são reposição das perdas inflacionárias, promoções dos Técnicos-Científicos e Especialistas em Saúde, além da incorporação da dedicação exclusiva na aposentadoria para os Especialistas em Saúde. Há ainda a questão do quadro dos Extranumerários, que não possuem direito a promoções.

Durante o encontro, o Sindicato reivindicou ainda a alteração na Lei 13.417, que trata da avaliação das promoções dos Especialistas em Saúde, uma vez que a legislação atual torna o processo burocrático e lento.

Durante a reunião, o Chefe da Casa Civil insistiu no discurso de crise. Repetiu que o Estado não tem dinheiro, mesmo batendo recordes de arrecadação de impostos e com liminar em vigor que suspendeu o pagamento da dívida do RS para com a União, sem contar o atraso no pagamento dos salários dos servidores públicos.

Participaram da reunião o presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier, o 1º Vice-presidente do Sintergs, Guilherme Toniolo, e o Secretário Chefe da Casa Civil, Fábio Branco.

Sintergs homenageia personalidades que fizeram a diferença para a entidade em Cachoeira do Sul



Estavam presentes diretoria do Sintergs e do diretor do Campus da ULBRA em Cachoeira do Sul

Dirigentes do Núcleo Regional do Sintergs de Cachoeira do Sul, presidido pelo associado Gilmar Luiz Colombelli, promoveram homenagens às personalidades que foram importantes nas ações do Sindicato na região. O evento ocorreu no início de dezembro, em Cachoeira do Sul.

Com mais de 90 convidados, o evento contou com a presença da diretoria do Sintergs e do diretor do Campus da ULBRA em Cachoeira do Sul, professor Rogério Vilnei Brandt.

Em sua fala, o presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier, reafirmou o compromisso do Sindi-

cato em fortalecer a entidade e buscar saídas para solucionar os problemas da categoria.

“Estamos atentos, trabalhando no atacado e no varejo, ou seja, nas causas e nas conseqüências. Temos que ir direto nas origens e acompanhar as mudanças tecnológicas. Ficamos isolados do mundo político significa correr riscos de pagarmos um preço muito elevado. É o que estamos sentindo hoje, por conta de um isolamento no passado da nossa entidade”, destacou Varnier.

Foram homenageados o presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Cachoeira do Sul

(CACISC), Paulo Alex Falcão, o presidente do Conselho Regional de Desenvolvimento (CO-REDE Jacuí-Centro), Fernando Haetinguer Bernál, e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira do Sul, Diego Kiefer Moreira.

Além do presidente do Sintergs, Nelcir André Varnier, estiveram presentes no evento o 2º Vice-presidente do Sindicato, Joanes Machado da Rosa, e o Diretor de Assuntos Regionais e Setoriais, Humberto Periolo, bem como os diretores do Núcleo Regional do Sintergs de Cachoeira do Sul.

Associados do Sintergs aprovam Plano de Trabalho para 2018



Estavam presentes diretoria do Sintergs e do diretor do Campus da ULBRA em Cachoeira do Sul

Por unanimidade, os associados do Sintergs aprovaram o Plano de Trabalho, pauta de reivindicações, orçamento da entidade e o relatório de atividades para o ano de 2018. A deliberação ocorreu no fim de novembro, na sede do Sindicato, durante Assembleia Geral

Ordinária. Na parte da manhã, o Sindicato reuniu seu Conselho Deliberativo.

Destaque fica por conta das reuniões no interior e setoriais que serão mantidas e intensificadas, além de eventos de formação sindical e seminários regionalizados.



www.sintergs.org.br



/sintergs



@sintergs



@real_sintergs

Nelcir André Varnier - Diretor-Presidente
Guilherme Toniolo - Diretor 1º Vice-Presidente
Joanes Machado da Rosa - Diretor 2º Vice-Presidente
Ivone Antunes Peixoto - Diretor 1º Secretário
Ana Lúcia Touguinha Weidle - Diretor 2º Secretário
Daniel Lima Gonzaga - Diretor Financeiro
Francisco Menegat - Diretor Financeiro Adjunto

Vinício Sólton Marques Filho - Diretor de Política Salarial
Elpídio Jaques de Borba - Diretor de Assuntos Funcionais e Qualificação Técnica
Valdir Bandeira Fiorentin - Diretor de Comunicação
Humberto Periolo - Diretor de Assuntos Regionais e Setoriais
Danilo Luiz Chiaradia Krause - Diretor de Assuntos Previdenciários e Saúde
Pedro Alberto Armani Martins - Representante Titular dos Aposentados
Ivo Borssatto - Representante Titular dos Aposentados

BOA POLÍTICA TEM NOME.

Rua José de Alencar, 1089 | CEP 90880-481 | Porto Alegre - RS | Fone: (51) 3025.0011 | sintergs@sintergs.com.br

EXPEDIENTE

Boletim informativo do Sindicato dos Técnicos-científicos do Estado do Rio Grande do Sul
Coordenação: Valdir Bandeira Foirentin, Diretor de Comunicação

Conteúdo:
Spindler Comunicação Corporativa
www.spindler.com.br

Tiragem:
6.500 exemplares